

CNTE propõe emendas pra melhorar o projeto do Piso Nacional dos Funcionários

O projeto de lei 2.531/2021 que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional está tramitando no Senado. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual o Sepe é filiado, vem lutando para que algumas emendas ao projeto sejam aprovadas antes de ir ao plenário, para melhorar o texto, como a garantia de vincular o piso nacional à formação profissional, com valores e regramentos pró-

prios; e com o compromisso expresso da União em honrar seu pagamento em todos os estados da federação, evitando futuros questionamentos judiciais.

A Secretaria de Funcionários Administrativos do Sepe vem acompanhando a tramitação do PL desde a Câmara dos Deputados, tendo ido à Brasília por diversas vezes pressionar os parlamentares – **leia no QR Code o boletim especial da Secretaria de Funcionários do Sepe sobre o piso nacional.** ■



Sepe convoca Assembleia Estatutária dia 27 de junho no Club Municipal



Na pauta: discussão e deliberação acerca das regras para a criação de uma Comissão de Ética do sindicato. O direito a voto será exclusivo aos profissionais de educação filiados ao

sindicato, que deverão comprovar tal condição mediante apresentação de contracheque recente e documento oficial de identidade com foto. ■

Encontro Estadual de Aposentadas(os)

A Secretaria de Aposentados definiu o local e data indicativos do próximo Encontro Estadual dos Aposentados da Educação, com realização prevista para o município de Itaocara, tendo o mês de setembro de 2026 como indicativo. A deliberação será levada para a aprovação da direção do sindicato. ■

NEEI promoveu debate sobre racismo e igualdade de gênero no dia 25 de maio

Debate reafirmou a Educação Infantil como etapa fundamental da Educação Básica, destacando que ela não pode ser reduzida a um espaço de assistência ou guarda de crianças. No encontro, a professora Giuliana Mordente analisou os impactos da lógica neoliberal e as condições de trabalho dos profissionais da área; a socióloga Clarice Ávila abordou os efeitos do racismo na forma como crianças negras são percebidas e acolhidas; já a professora Maria Rita defendeu uma educação comprometida com a liberdade e a diversidade. ■

Informe do sindicato sobre Minutagem e 1/3 da carga horária



O Sepe informa que segue acompanhando o andamento da representação do sindicato ao MPRJ, apresentada em outubro de 2024, quando da aprovação da Lei Complementar 276, seguida da Portaria Conjunta E/LSUBE – E/CTRH nº 01 (03/01/2025) e da Resolução SME nº 500 (09/01/2025). Todas essas publicações violam o direito dos educadores a terem a garantia do 1/3 da carga horária fora da interação com os educandos, como determina a Lei do Piso Nacional do magistério. **Leia mais no QR Code.** ■

Luta pela implementação do 'Descongela'

A Lei Complementar 226/2026, sancionada pelo presidente Lula em janeiro, descongelou o pagamento, retroativamente, dos direitos remuneratórios de servidores públicos que ficaram congelados por 583 dias, durante a pandemia. Segundo o Jurídico do sindicato, cabe à prefeitura a implementação da lei para que ocorra a remuneração, incluindo o reflexo nos proventos dos servidores que se aposentaram no curso deste período.

O sindicato já organizou um "Protocolo" na prefeitura, solicitando o cumprimento da lei e enviou ofícios ao Gabinete do prefeito e à SME, pedindo esclarecimentos sobre o cumprimento do Descongela. Diante do silêncio da prefeitura, a assembleia dos profissionais da rede municipal aprovou uma representação junto ao MP que será protocolada presencialmente em junho. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SeperJoficial](https://www.youtube.com/SeperJoficial)

x.com/RjSepe



seperj.org.br/sindicalizacao



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 80 | Finalizada em: 03/06/2026



SEPE CONVOCA CATEGORIA PARA ASSEMBLEIA HÍBRIDA DA REDE MUNICIPAL NO DIA 20/06

A rede municipal RJ realizará assembleia geral no dia 20 de junho, no formato híbrido. A plenária terá início às 10h e a parte presencial será realizada no auditório do Sinpro-Rio (Rua Pedro Lessa, nº 35/2º andar). Inscreva-se para participar do formato remoto em <https://rio.seperj.info> ou no QR code do cartaz ao lado.

A assembleia vai debater a nossa mobilização para o segundo semestre e discutir temas de extrema importância: sobrecarga de trabalho e o adoecimento físico e mental dela decorrente; ação na Justiça contra a minutagem; perdas salariais; lei do Descongela; PAEIs que continuam recebendo abaixo do piso na carreira; vale alimentação congelado em R\$ 12 desde sua criação em 2012; Merendeiras, Secretários Escolares, AAEEs e Agentes Educadores sem seus direitos reconhecidos; e o desrespeito à Lei 15326 das AEIs no magistério.

O ex-prefeito Eduardo Paes saiu, mas deixou seu vice, Eduardo Cavaliere, que mantém a mesma política de descaso para com o funcionalismo e para com a educação municipal. Não podemos

Vale congelado em R\$ 12, minutagem, adoecimento, perdas, tempo da pandemia congelado, PAEIs sem o piso na carreira, Educação Infantil sem enquadramento, funcionários(as) desvalorizados(as),...

VAMOS FICAR PARADOS?

ASSEMBLEIA HÍBRIDA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL RJ
SÁBADO, 20/06, 10H



Link para se inscrever e participar de forma remota na assembleia <http://rio.seperj.info>
Parte presencial: SINPRO RIO (Rua Pedro Lessa, 35)



ficar parados! Sábado, dia 20 de junho, participe da assembleia híbrida da rede municipal, com início às 10h. ■

Sepe-Dieese de maio revela perdas salariais da rede municipal RJ

Novo estudo do Dieese/Sepe sobre as perdas salariais da categoria revela que, em 30 de abril de 2026, os salários dos profissionais de educação da rede municipal RJ manteriam apenas 78,61% do poder aquisitivo de 1º de março de 2019 (INPC-IBGE). Para que os salários em 1º de maio de 2026 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de março de 2019, o reajuste necessário sobre os salários de abril de 2026 seria de 27,22% pelo INPC-IBGE e de 27,30%. ■

Sepe-RJ organiza plenária da Educação Inclusiva

No Em abril, o Sepe organizou uma reunião do Núcleo de Estudos de Educação Inclusiva (NEEDINC), no auditório do Sinpro-Rio. O encontro reuniu dezenas de profissionais de educação e convidados e discutiu a política nacional de inclusão e a situação da inclusão na rede pública de ensino. Várias deliberações foram aprovadas, entre elas:

- Formação de Grupo de Trabalho (GT) em conjunto com a SAE para estudo específico e sistematização das discussões sobre os cargos e a carreira dos profissionais da educação inclusiva;
- Levantamento de experiências positivas existentes no país;
- Diagnóstico das políticas de inclusão;



- Lutar pelo retorno do COC INTEGRAL e dos CENTROS DE ESTUDOS INTEGRAIS no calendário para discutir a inclusão;
- Constituição e/ou ampliação das equipes multidisciplinares, entre outras. ■

Leia a matéria completa em nosso site no QR Code >>



Grupo de Trabalho de Migração do Sepe produziu questionário para os interessados em mudar carga horária



O Grupo de Trabalho sobre Migração (GT), organizado pelo Sepe para debater e encaminhar as demandas da categoria relacionadas aos procedimentos da SME-Rio referentes à migração de carga horária, elaborou um questionário na plataforma Google Forms. O objetivo é reunir informações dos profissionais interessados no tema, que poderão acessar o formulário e preenchê-lo com seus dados pessoais e funcionais.

O GT também enviou ao sindicato uma série de documentos que serão a base para uma ação na Justiça, requerendo o retorno do processo de migração e a diminuição do tempo de pedágio, hoje em 10 anos. Este formulário tem por objetivo retomar um contato mais próximo entre todos os profissionais do magistério interessados e já inscritos na ampliação de carga horária para 40 horas – quer na condição de migrandos/migrantes, quer na condição de expectativa de direito ainda aguardando chamada. O questionário pode ser acessado no QR code. ■

Sepe contestou SME-RJ sobre o não pagamento do Acordo de Resultados 2024 a grevistas

O Sepe reafirmou na Justiça a legitimidade do direito de greve e denunciou o caráter arbitrário e antissindical dos argumentos utilizados pela prefeitura do Rio para negar o pagamento do Acordo de Resultados de 2024 aos profissionais de educação da rede que participaram da greve realizada naquele mesmo ano. Na ação movida pelo sindicato para garantir o pagamento do benefício (protocolada em 12 de março de 2026), o juiz responsável pelo processo determinou que o Sepe adequasse o valor da causa ao

montante correspondente ao benefício econômico pretendido para toda a categoria. Peticionamos em 21/05/2026, informando que os profissionais afetados se aproximam de 10 mil servidores e que o município é quem pode fornecer o total exato, pelo que deve ser intimado a trazer a informação ao processo, para que possa ser cumprida a decisão. **Atenção, já foi publicado pela prefeitura o Acordo de Resultados 2026 (Decreto municipal RJ nº 58106/2026) e o Sepe está analisando o texto.** ■



Sindicato reuniu docentes da Educação Infantil reconhecidas pela lei 15326/26 no Club Municipal

No dia 30 de maio, o Sepe realizou, no Club Municipal uma plenária, reunindo as docentes da Educação Infantil (EI) reconhecidas pela Lei 15326/26 dos mais variados municípios do estado para debater a implementação da Lei e o enquadramento deste segmento no cargo do magistério por parte das prefeituras. O encontro reuniu mais de 200 profissionais, da capital e do Interior. Ao final, diversas resoluções foram tiradas. As principais:

- Reforçar a luta nos municípios para pressionar os legislativos municipais e prefeitos a se adaptarem às determinações da Lei federal 15326/2026;
- Atos descentralizados pelos municípios;
- Grande ato pelo enquadramento na capital, com data e local a serem confirmados;
- Realização de audiências públicas nos municípios;
- Protocolar a reivindicação de forma conjunta no Ministério Público da Educação, em data a ser combinada;
- Abaixo-assinado a favor do enquadramento das professoras da EI;
- Caminhada em Copacabana e panfletagem em data a ser marcada. ■

Sepe acompanhou reunião do GT dos docentes em luta pelo enquadramento do doutorado



No dia 29/04, foi realizada uma reunião do GT de Enquadramento do Doutorado, com a participação de professores do GT, do Sepe e de um representante da SME Rio. A pauta do encontro versou sobre a questão do enquadramento dos profissionais com doutorado da rede. Na reunião, foram destacados os seguintes pontos, no sentido da regulamentação do plano de carreira aprovado em 2013:

- A relação inversa entre a qualidade e a qualificação dos docentes da rede e o seu devido reconhecimento;
- O fato de que outras redes próximas, inclusive em municípios menores, tem o enquadramento de doutorado regulamentado há anos;
- A contradição interna, quando a prefeitura considera esse título como pontuação em seus concursos e a Escola de Formação Paulo Freire aplica programa de incentivo ao doutorado.

Além disso, o GT esclareceu a necessidade de abertura de diálogo e negociação sobre a inclusão da regulamentação do nível de especialização e a extensão desses direitos aos professores de 16h, 22h30 e 30h, entre outros pontos. A representação da SME ouviu as demandas e se comprometeu em retornar, em breve, com a resposta sobre o assunto tratado. ■